



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

31 DE DEZEMBRO DE 2022

Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Administração do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia” ou “Mercado Crédito SCFI S.A.”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

A criação da Mercado Crédito SCFI S.A. tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de Pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do *marketplace* e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

A vantagem competitiva da Companhia está no *marketplace* Mercado Livre e a plataforma de pagamentos do Mercado Pago que formam um ecossistema maduro, de porte e com um número significativo de usuários (empresas e pessoas), fortalecendo o engajamento dos clientes e trazendo soluções financeiras de ponta a ponta.

O plano de negócio da Mercado Crédito SCFI S.A. prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações e executa suas operações conforme os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios da companhia.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 27 de março de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas do

Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria sem modificações, em 29 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rui Borges', is written over the printed name. The signature consists of several overlapping loops and a horizontal line.

Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores em R\$ mil)**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
ATIVO			
Disponibilidades	4	2.590	1.211
Instrumentos financeiros		7.204.170	4.031.977
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	297.839	163.102
Títulos e valores mobiliários	5	4.743.393	3.387.002
Operações de crédito	6	1.576.455	303.916
Outros Ativos a Receber	7	586.483	177.957
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.105.877)	(123.427)
Outros créditos		65.059	18
Impostos e contribuições a compensar		65.059	18
Ativos fiscais diferidos	13	340.597	49.740
TOTAL DO ATIVO		6.506.539	3.959.518
PASSIVO			
Instrumentos financeiros		5.969.339	3.830.863
Depósitos	8	5.199.860	3.265.379
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8	588.406	515.919
Outros passivos diversos	9.a	181.073	49.565
Outras obrigações	9.b	7.783	12.423
Impostos e contribuições a recolher		7.783	12.423
Obrigações fiscais diferidas	13	120	46
TOTAL DO PASSIVO		5.977.242	3.843.332
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	1.015.000	165.000
Capital social		1.115.000	165.000
Capital social à realizar		(100.000)	-
Outros resultados abrangentes		179	67
Prejuízos acumulados		(485.882)	(48.880)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		529.297	116.186
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.506.539	3.959.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2º Semestre 2022	31/12/22	31/12/21
Receita de intermediação financeira		737.369	1.315.778	159.840
Rendas de operações de crédito		427.066	744.689	59.915
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		310.303	571.089	99.925
Despesa de intermediação financeira		(526.567)	(810.647)	(106.983)
Despesas com juros e similares		(526.567)	(810.647)	(106.983)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão de operações de crédito		210.802	505.131	52.857
Provisão para perdas associadas a operações de crédito	6	(428.028)	(982.450)	(123.427)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11	(217.226)	(477.319)	(70.570)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(207.542)	(250.322)	(6.904)
Receitas de prestação de serviços		23.531	23.531	291
Despesas de pessoal		(17.231)	(33.286)	-
Outras despesas administrativas	12.a	(1.430)	(2.218)	(1.066)
Despesas tributárias	12.b	(18.502)	(32.350)	-
Outras despesas operacionais	12.c	(193.910)	(205.999)	(6.129)
		-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL		(424.768)	(727.641)	(77.474)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(424.768)	(727.641)	(77.474)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	170.258	290.639	28.649
Provisão para imposto de renda		21.665	(121)	(11.686)
Provisão para contribuição social		13.006	(97)	(9.368)
Provisão de imposto diferido		135.587	290.857	49.703
PREJUÍZO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		(254.510)	(437.002)	(48.825)
Quantidade de ações		783.611.111	579.520.548	57.986.301
Prejuízo básico e diluído por ação		(0,32)	(0,75)	(0,84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Valores em R\$ mil

	2º Semestre 2022	31/12/22	31/12/21
Prejuízo do semestre e exercício	(254.510)	(437.002)	(48.825)
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(48)	112	67
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(80)	181	113
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	32	(69)	(46)
Variação de outros resultados abrangentes	(48)	112	67
Resultado abrangente líquido do semestre e exercício	(254.558)	(436.890)	(48.759)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
Valores em R\$ mil

	Notas	Capital Realizado	Capital Social à Realizar	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo Acumulado	Total
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</u>		40.000	-	-	(55)	39.945
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	67	-	67
Aumento de capital e a realizar	10	125.000	-	-	-	125.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(48.825)	(48.825)
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u>		165.000	-	67	(48.880)	116.187
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u>		165.000	-	67	(48.880)	116.187
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	112	-	112
Aumento de capital e a realizar	10	950.000	(100.000)	-	-	850.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(437.002)	(437.002)
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>		1.115.000	(100.000)	179	(485.882)	529.297
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022</u>		465.000	-	227	(231.372)	233.855
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	(48)	-	(48)
Aumento de capital e a realizar	10	650.000	(100.000)	-	-	550.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(254.510)	(254.510)
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>		1.115.000	(100.000)	179	(485.882)	529.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Valores em R\$ mil

	2º Semestre de 2022	31/12/22	31/12/21
Prejuízo do semestre e exercício	(254.510)	(437.002)	(48.825)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	428.027	982.450	123.427
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(135.587)	(290.857)	(49.703)
Total ajustes de reconciliação	37.930	254.591	24.899
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	1.724	(1.356.206)	(3.346.824)
Operações de crédito	(551.369)	(1.272.539)	(303.915)
Outros créditos e outros ativos a receber	(237.162)	(473.567)	(177.926)
Depósitos	344.542	1.934.481	3.265.379
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	40.098	72.488	515.919
Outras obrigações e passivos diversos	114.030	200.125	74.815
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(73.257)	(13.076)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(250.206)	(713.884)	39.271
Capital Integralizado	550.000	850.000	125.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	550.000	850.000	125.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	299.794	136.116	164.271
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	635	164.313	42
No final do semestre/exercício	300.429	300.429	164.313
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	299.794	136.116	164.271

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis às entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a MercadoLibre.INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrito no CNPJ: 05.528.233/0001-85.

A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e obteve, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e Investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

A Companhia registrou prejuízo líquido no exercício findo de 2021 e 2022, entretanto, a entidade opera no contexto operacional do conglomerado Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. formando parte do conjunto de decisões estratégicas do Grupo MercadoLibre.INC. A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. demonstra capacidade operacional em gerar fluxo de caixa positivo nos respectivos exercícios findos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para créditos; e iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários e derivativos é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

e) Operações de créditos

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

f) Provisão para créditos

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

g) Depósitos

Os depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base "pro rata temporis".

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui valores de contingências.

i) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.

- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 41%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

j) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Resultados por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações totais no final do semestre.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários	2.590	1.211
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (i)	297.839	163.102
Total	<u>300.429</u>	<u>164.313</u>

(i) São aplicações em operações compromissadas, sendo operações overnight com prazo médio de vencimento até 30 dias. As operações compromissadas são com títulos públicos federais, pré fixadas e possuem taxa fixa entre 13,60% à 13,64%.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Disponível para Venda":

	<u>31.12.2022</u>		<u>31.12.2021</u>
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	4.475.363	4.475.362	3.260.186
Cédulas de crédito bancário - CCB (i)	4.475.363	4.475.362	3.260.186
Títulos públicos	267.731	268.031	126.816
Letra Financeira do Tesouro - LFT	267.731	268.031	126.816
Total	<u>4.743.094</u>	<u>4.743.393</u>	<u>3.387.002</u>

(i) As cédulas de crédito bancário são emitidas pela parte relacionada Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. Vide nota 14.

	31.12.2022		
	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	4.475.362	-	4.475.362
Cédulas de crédito bancário - CCB	4.475.362	-	4.475.362
Títulos públicos	-	268.031	268.031
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	268.031	268.031
Total	4.475.362	268.031	4.743.393
Circulante			4.475.362
Não circulante			268.031

	31.12.2021		
	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	2.509.620	750.566	3.260.186
Cédulas de crédito bancário - CCB	2.509.620	750.566	3.260.186
Títulos públicos	-	126.816	126.816
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	126.816	126.816
Total	2.509.620	877.382	3.387.002
Circulante			2.509.620
Não circulante			877.382

Não houveram reclassificações de títulos e valores mobiliários entre categorias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional:

(a) Composição da carteira de crédito e abertura por contraparte :

Modalidade de crédito	31.12.2022		31.12.2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Crédito pessoal	73.901	(10.408)	648	(80)
Cartão de crédito	1.406.214	(1.082.742)	244.067	(115.336)
Capital de Giro	48.530	(7.353)	41.809	(5.784)
Financiamentos	47.810	(5.374)	17.392	(2.228)
Total	1.576.455	(1.105.877)	303.916	(123.427)
Circulante	1.566.613	(1.105.877)	303.916	(123.427)
Não Circulante	9.842	-	-	-

Contraparte:	31.12.2022		31.12.2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	1.527.907	(1.098.521)	297.560	(122.611)
Pessoa jurídica	48.548	(7.356)	6.356	(816)
Total	1.576.455	(1.105.877)	303.916	(123.427)

(b) Composição das operações de crédito por vencimento:

	31.12.2022	31.12.2021
Curso Normal	426.951	149.340
Parcelas a vencer		
até 3 meses	293.390	127.490
3 a 6 meses	67.763	13.039
6 a 12 meses	55.956	8.811
acima de 12 meses	9.842	-
Curso Anormal	1.149.504	154.576
Parcelas vencidas		
Até 14 dias	67.330	49.857
até 3 meses	205.165	68.124
3 a 6 meses	335.879	36.088
6 a 12 meses	541.130	507
Total	1.576.455	303.916

(c) Classificação da carteira das operações de crédito:

Nível	31.12.2022			31.12.2021		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
C	311.906	479	312.385	77.834	-	77.834
D	70.884	1.152	72.036	64.439	-	64.439
E	13.424	40.265	53.689	5.226	63.683	68.909
F	17.060	51.862	68.922	90	56	146
G	13.582	514.597	528.179	1.750	90.331	92.081
H	95	541.149	541.244	1	506	507
Total	426.951	1.149.504	1.576.455	149.340	154.576	303.916

(d) Classificação da provisão por fator de risco das operações de crédito:

Nível	31.12.2022			
	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(9.371)	(15.181)	(24.552)
D	10%	(7.203)	(1.415)	(8.618)
E	30%	(16.106)	(5.526)	(21.632)
F	50%	(34.461)	(5.945)	(40.406)
G	70%	(369.725)	(99.700)	(469.425)
H	100%	(541.244)	-	(541.244)
Total		(978.110)	(127.767)	(1.105.877)

Nível	31.12.2021			
	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(2.335)	(5.441)	(7.776)
D	10%	(6.444)	(1.859)	(8.303)
E	30%	(20.673)	(6.980)	(27.653)
F	50%	(73)	(3)	(76)
G	70%	(64.457)	(14.655)	(79.112)
H	100%	(507)	-	(507)
Total		(94.489)	(28.938)	(123.427)

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito. A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente. A provisão requerida segue com base a Resolução 2.682/99 do CMN.

(e) Movimentação da Provisão para Perdas associadas ao Risco de Crédito

	31.12.2022
Saldo Inicial 31.12.2021	(123.427)
Constituições	(1.144.069)
Baixas para prejuízo	163.679
Renegociações de crédito	(2.060)
Saldo Final 31.12.2022	(1.105.877)

Em 31 de dezembro de 2021 não houve baixa relevante para prejuízo (baixa no período menor que R\$ 1) ou recuperação de crédito.

7. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2022	31.12.2021
Valores a receber – Ligadas (i)	547.102	139.374
Outros créditos (i)	39.381	38.583
Total	586.483	177.957
Outros Créditos - Circulante	586.483	177.957

(i) São constituídos pelos valores a receber com ligadas e outros créditos a receber referente à operações de crédito que estão em processo de liquidação financeira junto aos bancos liquidantes e ligadas. Vide nota 14.

8. DEPÓSITOS

(a) Composição dos depósitos:

	31.12.2022	31.12.2021
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI	235.168	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB	4.964.692	3.134.257
Letra Financeira - LF	588.406	515.919
Total	5.788.266	3.781.298
Circulante	5.630.631	3.259.816
Não circulante	157.635	521.482

(b) Composição dos depósitos por prazo de vencimento:

	31.12.2022			
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	235.168	-	-	235.168
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii)	2.962.402	1.845.778	156.512	4.964.692
Letra Financeira - LF (iii)	-	587.283	1.123	1.123
Total	3.197.570	2.433.061	157.635	5.200.983

	31.12.2021			
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	131.122	-	-	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	1.490.804	1.637.890	5.563	3.134.257
Letra Financeira - LF (iii)	-	-	515.919	515.919
Total	1.621.926	1.637.890	521.482	3.781.298

(i) Em 31 de dezembro de 2022, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) de 105,31% a.a..

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, os certificados de depósitos bancário pós fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 97% a 160%a.a. e ao índice de preço ao consumidor amplo (IPCA) mais taxa nominal pré fixada que varia entre 5,25% a 7,15%. Os certificados de depósitos pré fixados, as taxas de juros variam entre 11,35% à 15% a.a..

(iii) Em 31 de dezembro de 2022, as letras financeiras são indexados a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré fixada que varia de 0,95% à 1,1% a.a..

(iv) Em 31 de dezembro de 2022, a Mercado Crédito possui emissão de CDB no montante de R\$1.044 com parte relacionada. Vide nota 14.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PASSIVOS

a) Diversas

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	179.824	45.959
Credores diversos - país	1.249	3.434
Provisão para pagamentos a efetuar	-	172
Total	181.073	49.565

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Impostos e contribuições a recolher	7.783	12.423
Total	7.783	12.423

c) Total de outras obrigações e passivos

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Circulante	188.856	61.988

(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas, substancialmente referente a repasse de liquidação da carteira de crédito. Vide nota 14.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia é de R\$ 1.115.000 representados por 1.115.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo, totalmente subscrito e integralizado o montante de R\$1.015.000 e R\$100.000 subscrito e a serem integralizado em até 12 meses. São assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2021</u>
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	50,01%	557.611.500	50,01%	82.516.500
Mercadopago, LLC	49,99%	557.388.500	49,99%	82.483.500
Total	100%	1.115.000.000	100%	165.000.000

Em AGE de 29 de setembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$40.000 mediante a emissão de 40.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 21 de outubro de 2021.

Em AGE de 29 de novembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$85.000 mediante a emissão de 85.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de dezembro de 2021.

Em AGE de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 300.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 11 de março de 2022.

Em AGE de 05 de julho de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$150.000 mediante a emissão de 150.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 03 de agosto de 2022.

Em AGE de 31 de outubro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$500.000 mediante a emissão de 500.000.000 de ações sendo totalmente subscrito nesta data. Deste montante, foram totalmente integralizado R\$400.000 e 100.000 deverão ser integralizadas no prazo de até 1 ano. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022.

11. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	571.089	99.925
Rendas de operações de crédito	744.689	59.915
Despesas com juros e similares (i)	(810.647)	(106.983)
Provisão para perdas associadas a operações de crédito	(982.450)	(123.427)
Total	(477.319)	(70.570)

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito são no montante de R\$ 23.750.

12. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesa com processamento de dados (i)	(941)	(722)
Despesa com serviços técnicos especializados	(1.036)	(318)
Outras despesas administrativas	(241)	(26)
Total	(2.218)	(1.066)

(i) Trata-se especificamente de licenças e manutenção com sistemas de processamento de dados.

b) Despesas tributárias

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesa de contribuição ao COFINS	(26.322)	-
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(4.277)	-
Outras despesas tributárias	(1.751)	-
Total	(32.350)	-

c) Outras despesas operacionais

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Outras despesas operacionais (i)	(205.999)	(6.129)

(i) Tratam-se substancialmente de serviços de cobranças de crédito, rateio de custos entre as empresas do mesmo conglomerado e multas e custos com prevenção a fraude relacionados a operação.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no prejuízo do período.

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(727.641)	(77.474)
Alíquota vigente	41%	45%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	298.333	34.863
Efeito de itens permanentes		
Diferença alteração de alíquota	(7.272)	
Outras adições e exclusões	(422)	(6.214)
Despesa de IRPJ e CSLL	290.639	28.649

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	31.12.2021	Constituição e Realização	31.12.2022
Impostos diferidos ativos sobre:			
PDD	49.198	178.262	227.460
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	113.137	113.137
Contas a pagar – provisões	542	(542)	-
Outras Provisões - MTM	(46)	(74)	(120)
Total	49.694	290.783	340.477
Ativo Fiscal Diferido Ativo	49.740	290.857	340.597
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(46)	(74)	(120)
Total	49.694	290.783	340.477

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	194.899	5.387	20.996	44.495	74.700	340.477

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 é de R\$299.320.

14. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022, a SCFI manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Ebazar.com.br Ltda.	-	(273)	-	(3.196)
Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda.	-	(5.267)	-	(44.098)
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (i)	5.022.464	(174.138)	276.357	(167.014)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(146)	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Arandu	-	(1.044)	-	(77)
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - FIM	-	-	-	(495)
Mercado Credito Fundo De Investimento Em Direitos Creditorios Nao Padronizados - NP	-	-	-	(6.744)
Total	5.022.464	(180.868)	276.357	(221.624)

(i) Tratam-se de valores a receber com ligadas no montante de R\$547.102 (vide nota 7) e cédula de crédito bancário no valor de R\$4.475.362 (vide nota 5).

	31.12.2021		31.12.2021	
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Mercado Pago Instituição de pagamento Ltda	3.399.560	(45.813)	91.834	-
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA	-	(146)	-	-
Total	3.399.560	(45.959)	91.834	-

Não houve remuneração paga aos administradores na SCFI no período findo de 31 de dezembro de 2022.

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais ou apresentam outras desvantagens.

15. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 31 de dezembro de 2022 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

	31.12.2022			
Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	297.839	-	-	297.839
Letras Financeiras Do Tesouro - LFT	95.806	-	-	95.806
Nota do Tesouro Nacional - NTN	202.033	-	-	202.033
Títulos e Valores Mobiliários	268.031	4.475.362	-	4.743.393
Títulos privados	-	4.475.362	-	4.475.362
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	4.475.362	-	4.475.362
Títulos públicos	268.031	-	-	268.031
Letra Financeira do Tesouro - LFT	268.031	-	-	268.031
Total	565.870	4.475.362	-	5.041.232

Ativo	31.12.2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	163.102	-	-	163.102
Letra do Tesouro Nacional - LTN	96.021	-	-	96.021
Letras Financeiras Do Tesouro - LFT	67.081	-	-	67.081
Títulos e Valores Mobiliários	126.816	3.260.186	-	3.387.002
Títulos privados	-	3.260.186	-	3.260.186
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	3.260.186	-	3.260.186
Títulos públicos	126.816	-	-	126.816
Letra Financeira do Tesouro - LFT	126.816	-	-	126.816
Total	289.918	3.260.186	-	3.550.104

No exercício findo de 2022 e 2021 não ocorreram transferências entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução CMN 4.557/17, a Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os principais riscos (Liquidez, Crédito, Mercado e Operacional) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados.

A instituição possui uma política corporativa de Riscos, a qual engloba o apetite por risco (RAS) e define a estrutura e as diretrizes a serem adotadas por toda empresa, conforme exigido pelos reguladores locais. O Apetite por Riscos (RAS) é uma definição realizada pela alta administração, de modo a determinar o nível máximo e o tipo de risco que a instituição está disposta a assumir, considerando o nível de gestão de risco atual. Para alcançar os objetivos estratégicos.

A gestão de riscos busca identificar, analisar, mensurar, gerenciar e comunicar os riscos financeiros relevantes da Instituição por meio de um conjunto de métricas e limites, combinando modelos complementares de avaliação, buscando capturar uma visão ampla das perdas financeiras ou insuficiência de capital a qual a Instituição está sujeita. A gestão de riscos da Instituição possui uma estrutura de governança e acompanhamento de riscos por meio do estabelecimento do Comitê de Riscos e Compliance.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I - fraudes internas; II - fraudes externas; III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; VII - falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); VIII - falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com Resolução CMN 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos diários para avaliação do nível de liquidez frente os fluxos de caixa futuros em diferentes horizontes de tempo e considerando cenários de estresse ou sistêmicos.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos, e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gerenciamento do IRRBB e risco de taxa a instituição, utiliza como principais metodologias para gestão do risco a sensibilidade do DeltaEve e o Var Paramétrico. Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através em um dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição das volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; ii) à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) às vantagens concedidas na renegociação e iv) à reestruturação de instrumentos financeiros; e. aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência da operações de Cartão de Crédito. A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos. A gestão de risco de crédito tem como objetivo garantir níveis adequados de exposição creditícia, tanto a nível de contraparte quanto a nível de segmentação e portfólio, buscando minimizar perdas e assegurar uma alocação eficiente dos recursos, proporcionando maior solidez e solvência à Instituição.

Gestão de Capital

Tem como objetivo prever o capital necessário para manter as operações da instituição, assim como para suportar o seu crescimento, por meio de planejamento de fontes de capital, mantendo os valores de Patrimônio de Referência ("PR") e demais limites de capital em valores compatíveis aos requerimentos mínimos estabelecidos. Assim, os limites operacionais para a SCFI em 31 de dezembro de 2022 ficaram distribuídos conforme abaixo:

	31.12.2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	469.086	122.399
Nível I	469.086	122.399
Capital Principal	469.086	122.399
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.073.301	312.390
Risco de Crédito (RWA Cpad)	783.441	193.776
Risco Operacional (RWA Opad)	289.860	118.614
PR Mínimo Requerido	85.864	24.991
Margem PR	383.222	97.408
Índice de Basileia	43,71%	39,18%
Margem PR considerando RBAN	343.410	86.240

17. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui valores de resultados não recorrentes.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A companhia não possui eventos subsequentes.

19. OUTROS ASSUNTOS

A companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da regulamentação estabelecida pelas Resoluções BCB nº 4.966 de 25/11/2021. A referida Resolução estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

O Plano de Implementação dos referidos normativos está segregado em três pilares:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

DocuSigned by:

Tiago Azevedo

FE0E7B09F7014D0...

Tiago Azevedo
Responsável Legal

DocuSigned by:

Gabriel Parreira

C430E001C3134E2...

Gabriel Parreira Faustino Da Silva
Contador CRC-1SP301017/O-4